



REVISTA CIENTÍFICA DO PPGD UNIVEL

# REDIR

**DIREITO, INOVAÇÃO E REGULAÇÕES**

Número 4 | Volume 2 | jan 2023

ISSN-e: 2965-0860



REVISTA

# DIREITO, INOVAÇÃO E REGULAÇÕES

VOLUME 2 - NÚMERO 4 - 2023

ISSN-e: 2965-0860

## **PUBLICAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Mestrado em Direito, Inovação e Regulações  
Centro Universitário UNIVEL  
Cascavel - Paraná

### **Editor**

Dr. Júlio César Garcia

### **Apoio Administrativo**

Larissa de Fátima D'Amico

### **Revisão dos Textos**

Bruna Lara Sakezevski  
Dayane Ribeiro de Menezes  
Emanuelli Kotz  
Larissa de Fátima D'Amico  
Milena Utzig

### **Editorial e Diagramação**

Julio Cesar Garcia

### **Ficha Catalográfica**

Thayse Dal Molin Alérico  
Bibliotecária – CRB/9:1948

### **Capa**

Bruno Felipe Felix Barreiros



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R317

REDIR : revista direito, inovação e regulações /  
Programa de Pós-graduação em Direito do Centro  
Universitário Univel. v.2, n. 4 (jan./jun. 2023). - Cascavel, PR :  
Univel, 2023.

Quadrimestral.

1. Direito. 2. Inovação. 3. Regulações.  
I. Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro  
Universitário Univel.

CDD 340

Catalogação na fonte elaborada pela Bibliotecária Thayse Dal Molin Alérico CRB 9/1948

ISSN-e: 2965-0860

**Endereço**

Avenida Tito Muffato, 2317  
85.806-080 - Cascavel, Paraná  
Fone: (45) 3036-3636  
redir@univel.br  
www.univel.br/mestrado



**Reitor**

*Renato da Silva*

**Pró-Reitor Administrativo**

*Lucas Renato da Silva*

**Coordenadores do Programa  
de Pós-Graduação em Direito**

*Alexandre Barbosa da Silva*

*Alfredo Copetti Neto*

**Conselho Editorial**

Aldacy Rachid Coutinho - Centro Universitário de Cascavel - **UNIVEL**

Alexandre Moraes da Rosa - Universidade do Vale do Itajaí - **UNIVALI**

Helena Regina Lobo da Costa - Universidade de São Paulo - **USP**

Ingo Sarlet - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - **PUC/RS**

Marcos Ehrhardt - Universidade Federal de Alagoas - **UFAL**

Roberto Miccu - Universidade de Roma - **UNIROMA**

## CONSELHO AVALIADOR

### **Adriane Medianeira Toaldo**

Doutora em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017. Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul, 2002. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pelas Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis, 1999. Especialista em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), 2021. Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta (Unicruz), 1995. Professora Avaliadora de Curso Integrante do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIs). Revisora de diversos Periódicos Jurídicos Nacionais. Avaliadora Científica do Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos (IBEROJUR), em 2021, e do Congresso Internacional de Altos Estudos em Direito (CAED-Jus). Integrante do Cadastro Nacional e Internacional de Avaliadores do CONPEDI (CNIAC). Advogada.

### **Alexandre Barbosa da Silva**

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná, 2014. Bolsista CAPES no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, com estudos na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre em Direito pela Universidade Paranaense, 2002. Graduado em Direito pela Universidade Paulista, 1994. Professor do Centro Universitário Univel e na Escola da Magistratura do Paraná. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Direito Civil-Constitucional "Virada de Copérnico" do PPGD da Universidade Federal do Paraná e do Grupo de Pesquisa "Direito e Regulações" do PPG-D Univel. Coordenador do PPG-D Univel. Procurador do Estado do Paraná.

### **Clovis Demarchi**

Doutor em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (2012) (Conceito CAPES 6), Doutorado Sanduíche com a Universidade do Minho, Braga – Portugal com Bolsa CAPES; Título da Tese: Direito e Educação: a regulação da educação superior no contexto transnacional. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (1998) (Conceito CAPES 6). Título da Dissertação: Medida liminar em Mandado de Segurança no Direito Educacional. Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade do Vale do Itajaí (1991). Especialização em História da América pela Universidade Federal do Paraná (1989), Graduação em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (1994) Graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco (1985). É professor titular da Universidade do Vale do Itajaí nos cursos de graduação, especialização e no Programa de Pós-Graduação "Stricto sensu" em Ciência Jurídica. Líder do Grupo de Pesquisa Governança, Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade. Avaliador de Instituições e de Cursos de Ensino Superior – SINAES, através de consultoria ao Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. INEP/MEC. Membro do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI. Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Realiza pesquisa na área de Direitos Sociais, Constitucionalismo, Princiologia e Políticas Públicas.

### **Elizabet Leal da Silva**

Pós-doutora pelo Programa de Pós- Graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Doutora em Direito no Programa de Pós-graduação strictu senso da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Área de concentração: Fundamentos Constitucionais do Direito Público e do Direito Privado. Título da tese: O Sindicato Profissional e sua atuação em tempos de crise: uma comparação dos direitos brasileiro e espanhol. Orientador: Dr. Gilberto Stürmer. Bolsista CAPES. Mestrado em Ciências Jurídicas pelo Centro de Ensino Superior de Maringá -UNICESUMAR (2009). Graduação em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel - UNIVEL. Graduação em Ciências - habilitação em Biologia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná -UNIOESTE(1994). Autora da obra Emancipação do trabalhador e dignidade no trabalho e de vários artigos. Integrante do Banco de Avaliadores do Ministério da Educação. Membro do grupo de pesquisa Direito e Fraternidade: direitos humanos e direitos fundamentais. Professora do Programa de Pós-graduação strictu senso (mestrado), do Centro Universitário Univel.

### **Jacinto Nelson Miranda Coutinho**

Professor Titular de Direito Processual Penal na Universidade Federal do Paraná (aposentado). Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Damas, Recife. Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da UNIVEL, Cascavel. Especialista em Filosofia do Direito (PUCPR); Mestre (UFPR); Doutor (Università degli Studi di Roma "La Sapienza"). Presidente de honra do Observatório da Mentalidade Inquisitória. Advogado. Membro da Comissão de Juristas do Senado Federal que elaborou o Anteprojeto de Reforma Global do CPP, hoje Projeto 156/2009-PLS.

### **Leonardo Estevam de Assis Zanini**

Pós-doutor em Direito Civil pelo Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht (Alemanha). Pós-doutor em Direito Penal pelo Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht (Alemanha). Doutor em Direito Civil pela USP. Doutorando em Direito Civil pela Albert-Ludwigs-Universität Freiburg (Alemanha). Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. Graduado em Direito pela USP, 2000. Foi bolsista da Max-Planck-Gesellschaft e da CAPES. Juiz Federal na Seção Judiciária de São Paulo. Juiz Federal em auxílio à Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região. Professor Universitário (graduação e pós-graduação). Pesquisador do Centro de Estudos em Democracia Ambiental da UFSCar. Autor de livros, capítulos de livros e artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais nas áreas de Direito Civil, Direitos Intelectuais, Direito do Consumidor e Direito Ambiental.

### **Paulo Roberto Pegoraro Junior**

Doutor em Direito pela PUCRS, área de concentração Teoria Geral da Jurisdição e Processo, 2018. Mestre em Direito Processual e Cidadania pela UNIPAR, 2010. Graduado em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, UNIVEL, 2003. Professor do PPG-D Univel. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Advogado.

### **Stella Camlot Reicher**

Mestre em direito pela Universidade de São Paulo (USP) na área de concentração direitos humanos. Sócia de Szazi Bechara Storto Reicher e Figueiredo Lopes Advogados. Advogada com experiência na prestação de assessoria jurídica preventiva a organizações da sociedade civil e no apoio à estruturação e implementação de projetos e iniciativas com foco na promoção e garantia de direitos humanos, com destaque para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência em âmbito nacional e internacional. Atuou junto a organizações da sociedade civil na construção de relatório de monitoramento e apresentação ao Comitê de Monitoramento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (Genebra, 2015).

# SUMÁRIO

## I. DOCTRINA NACIONAL

1. REGULAÇÃO GLOBAL E EFETIVIDADE NO DIREITO INTERNO: ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA <i>Denner Pereira da Silva</i>	11
2. SISTEMA REGISTRAL IMOBILIÁRIO BRASILEIRO E OS EXTRATOS ELETRÔNICOS <i>Alexandre Barbosa da Silva e Caroline Vicente Moi</i>	30
3. TECNOLOGIA CRISPR E A EXPECTATIVA DO DIREITO <i>Alessandro Severino Valler Zenni, Larissa de Fátima D'Amico e Marcia Cristina Cavalcante Mateus</i>	48
4. ESTADO LIBERAR E SOCIAL E A FUNÇÃO DA ORDEM ECONÔMICA COMO AGENTE REGULADOR <i>Caroline de Cássia Buosi Velasco, Larissa de Fátima D'Amico e Marcia Cristina Cavalcante Mateus</i>	59
5. NEGOCIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE DISPUTAS EMPRESARIAIS <i>Cesar Calo Peghini e Juliana Torresan Ricardino</i>	73
6. A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEDE DE RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS SOB A ÓTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PROCESSUAIS <i>Luis Alberto Reichelt</i>	100
7. EMPREGABILIDADE E ETARISMO: DESAFIOS DE UM AMBIENTE DE TRABALHO SEM PRECONCEITO DE IDADE <i>Rodolfo Pamplona Filho, Edson Ribeiro Saldanha Neto e Juliana Maria Ribeiro Saldanha</i>	110
<b>NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES</b>	125

# APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o número 4 da REDIR – Revista de Direito, Inovação e Regulações da UNIVEL. Esta edição representa mais um marco na nossa contínua jornada de compromisso com a publicação de artigos que tratam de temas relevantes para a pesquisa na área de concentração do mestrado em Direito da UNIVEL. Revela a dedicação de toda a equipe envolvida em manter a excelência acadêmica nos leva a celebrar cada nova edição como um passo adiante no fortalecimento da produção científica e jurídica.

No intuito de atender de maneira mais consistente a crescente demanda editorial, o conselho editorial tomou a decisão de modificar a periodicidade da REDIR para semestral. Esta mudança permite alinhar o fluxo de revisões às cegas com a publicação dos textos, garantindo a qualidade e a tempestividade das nossas edições. Assim, no volume 2 serão publicados o presente número 4 e, no semestre seguinte, o número 5, oferecendo aos nossos leitores um conteúdo robusto e cuidadosamente revisado.

Neste segundo volume, destacamos o dossiê temático "Inovação e Conformidade", sob a coordenação da professora e pesquisadora da UNIVEL Dra. Aldacy Rachid Coutinho. Este dossiê prestigia três linhas principais:

**1. Limites Jurídicos do Compliance:** Compliance é uma terminologia global que nasceu da necessidade de controle, adequação e segurança dos institutos públicos e particulares. Trata-se de um conjunto de ações, princípios e regulamentações que visam evitar e diminuir riscos, incluindo normas e legislações internas e externas. No Brasil, foi oficialmente incorporado pela Lei nº 12.846/2013, com suas competências citadas de forma singela no artigo 7º, deixando a cargo das instituições e da jurisprudência definir seus limites.

**2. Tecnologia e Proteção de Dados:** Com o desenvolvimento tecnológico crescente, a proteção de dados pessoais tornou-se uma necessidade urgente, refletida na criação de normas como a Lei Geral de Proteção de Dados e o Marco Civil da Internet. Este tema aborda como novas tecnologias devem ser desenvolvidas já em conformidade com as proteções legais, elevando a consciência desde os fabricantes até os consumidores finais, sem limitar a inovação tecnológica.

**3. Governança Algorítmica:** A governança algorítmica refere-se ao processo de regulamentação e supervisão dos algoritmos utilizados em diversos setores, incluindo tecnologia da informação, negócios e governo. O objetivo é garantir que os algoritmos sejam transparentes e responsáveis, protegendo os direitos e interesses das pessoas afetadas pelas decisões automatizadas.



Os artigos desta edição apresentam uma conexão temática robusta, explorando a interseção entre regulação, inovação tecnológica e compliance no âmbito das temáticas próprias do dossiê, e que são essenciais para a pesquisa jurídica contemporânea.

No primeiro artigo intitulado Regulação Global e Efetividade no Direito Interno: Análise sob a Perspectiva dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o autor Denner Pereira da Silva investiga a efetividade da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU no direito interno brasileiro, destacando a limitada compreensão da jurisdição constitucional e do direito internacional pelos operadores do direito, o que impacta a implementação de normas de origem extraestatal.

No segundo artigo, Sistema Registral Imobiliário Brasileiro e os Extratos Eletrônicos, os autores Alexandre Barbosa da Silva e Caroline Vicente Moi analisam o papel do registro de imóveis na segurança jurídica, apresentando os desafios e implicações da introdução dos extratos eletrônicos pela Lei n.º 14.382/2022, e como isso pode impactar a segurança jurídica imobiliária.

No terceiro artigo, Tecnologia CRISPR e a Expectativa do Direito, os autores Alessandro Severino Valler Zenni, Larissa de Fátima D'Amico e Marcia Cristina Cavalcante Mateus discutem as implicações éticas e jurídicas da tecnologia CRISPR/Cas9, destacando a necessidade de regulações mais precisas para proteger a dignidade humana diante das inovações biotecnológicas.

No quarto artigo, Estado Liberal e Social e a Função da Ordem Econômica como Agente Regulador, as autoras Caroline de Cássia Buosi Velasco, Larissa de Fátima D'Amico e Marcia Cristina Cavalcante Mateus exploram a evolução do Estado regulador brasileiro, examinando a influência das políticas econômicas e a integração dos princípios liberais e sociais na Constituição de 1988.

No quinto artigo, Negociação na Resolução de Disputas Empresariais, os autores Cesar Calo Peghini e Juliana Torresan Ricardino analisam como as técnicas de negociação podem ser aplicadas na resolução de disputas empresariais, destacando a importância da negociação eficaz para alcançar soluções vantajosas para todas as partes envolvidas.

No sexto artigo, A Inversão do Ônus da Prova em Sede de Responsabilidade Civil Decorrente do Tratamento de Dados Pessoais na Lei Geral de Proteção de Dados sob a Ótica dos Direitos Fundamentais Processuais, o autor Luis Alberto Reichelt discute o regime jurídico da inversão do ônus da prova na Lei Geral de Proteção de Dados, enfatizando a necessidade de uma leitura sistêmica das normas processuais para equilibrar os direitos fundamentais à liberdade e à proteção dos titulares de dados.

No sétimo artigo, *Empregabilidade e Etarismo: Desafios de um Ambiente de Trabalho sem Preconceito de Idade*, os autores Edson Ribeiro Saldanha Neto, Juliana Maria Ribeiro Saldanha e Rodolfo Pamplona Filho abordam o preconceito etário no mercado de trabalho, analisando a evolução do conceito de trabalho e propondo políticas públicas para combater o etarismo e promover a empregabilidade plena para pessoas de idade avançada.

O conjunto de artigos deste número 4 reflete a diversidade e a profundidade das questões abordadas pelas linhas de pesquisa da revista, com foco em regulação e compliance, e inovação tecnológica. A relevância dos temas tratados reafirma a importância da pesquisa jurídica no Brasil, contribuindo para um debate mais rico e abrangente sobre as complexidades do direito contemporâneo.

Esperamos que esta edição da REDIR proporcione insights valiosos e contribua para o avanço do conhecimento na área jurídica, reafirmando nosso compromisso com a excelência acadêmica e a relevância social das pesquisas publicadas.

Prof. Dr. Júlio Cesar Garcia  
Editor